


INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	S M
Data	27/6/2000 Pg 17
Class.	116

Suspensa o acordo entre Novartis e Bioamazônia

Marcello Antunes
de Brasília

O Ministério do Meio Ambiente decidiu suspender o acordo entre a Bioamazônia e a empresa farmacêutica suíça Novartis Pharma AG. No valor de US\$ 3 milhões, o acordo firmado em 29 de maio previa bio-prospecção e fornecimento de microorganismos vivos selecionados para a empresa. O que pesou na suspensão do acordo, afirmou o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, foi não estar a direção da Bioamazônia, em momento algum, autorizada a fechar contrato de tal importância e o fato de não estar o assunto ainda totalmente regulamentado no País, como por exemplo, o acesso à biodiversidade.

Segundo Sarney Filho, o contrato está suspenso, mas em reunião (que começou no Ministério do Meio Ambiente e terminou no Ministério do Planejamento), durante todo o

dia de ontem com 18 membros da Bioamazônia, definiu-se que uma comissão de cinco membros terá prazo de 30 dias para analisar cláusula por cláusula e dar um parecer final se o acordo pode ser revalidado, com adendos ou não. "A princípio, o acordo não tem validade e no meu entendimento, não poderia ter sido realizado do jeito que foi", disse o ministro.

Decidiu-se ontem, também, alterar a diretoria provisória da Bioamazônia, que assinou o acordo com a Novartis. Além disso, a consultoria Boucinhas Associados estuda a remodelação da estrutura de ação da Bioamazônia. "Nosso objetivo é permitir parcerias com empresas privadas e um novo modelo de gestão. Os princípios de pesquisa da biodiversidade estão mantidos", disse Carlos Américo Pacheco, secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Contestação começou na festa da assinatura

Regina Scharf e Marcelo Antunes
de São Paulo e Brasília

O acordo entre a Bioamazônia e a Novartis já começou com o pé esquerdo, já na cerimônia de assinatura do contrato. Spartaco Astolfi Filho, coordenador do Conselho Técnico-Científico da organização, interrompeu o evento, protestando contra o que considerava desfavorável aos interesses brasileiros.

Desde então, o contrato enfrentou crescente oposição de ambientalistas, parlamentares, cientistas e até de setores do governo. A argumentação contrária tem por base a reserva de patentes à Novartis e a falta de uma consulta prévia ao conselho consultivo da Bioamazônia ou ao Ministério do Meio Ambiente.

A Academia Nacional de Medicina

preparou um manifesto contra o acordo e a favor de uma política de proteção às plantas medicinais, que deverá ser entregue ao ministro da Saúde, José Serra, quinta-feira.

Entre as eventuais parceiras da Bioamazônia, está o Banco Axial, com quem firmou acordo, em fevereiro, para implantação e estruturação de um fundo para administrar recursos. Chama a atenção o fato de o banco ser propriedade do executivo Pierre Landalt, um dos acionistas da Novartis, com participação em uma das empresas Sandoz e Ciba, antes da união das empresas que resultou na Novartis. Recentemente, houve um "racha" na direção do banco e o fundo da Bioamazônia saiu do banco e passou a ser administrado por John Forgach, especialista em fundos verdes.